



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



CONTRATO Nº. 20200049

Pelo presente instrumento, o Município de Tabuleiro do Norte/CE, através da **Secretaria de Obras e Serviços Públicos**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº. 07.891.682/0001-19 com sede na Rua Padre Clicério, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE, neste ato representado pelo(a) Sr(a). Jean Jerbson Chaves, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa **ELISALDO MOREIRA ROCHA EPP**, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 06.953.046/0001-01, com sede na Rua Batista Maia, 4933/4961, Centro, Tabuleiro do Norte/CE, CEP: 62.960-000, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Elisaldo Moreira Rocha Filho, inscrito no CPF Nº. 698.182.663-15 portador da carteira de identidade nº. 189103889, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL**

1.1. Constitui o objeto do presente contrato AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. Este contrato é originário da Ata de Registro de Preços Nº. 20190313 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12.06.01/2019-SRP, devidamente homologado pelo(a) Sr.(a) Jean Jerbson Chaves da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e as prescrições da Lei Nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Nº. 8.666/93, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 - O valor global da presente avença é de **R\$ 165.808,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil e Oitocentos e Oito Reais)**, a ser pago em conformidade com a entrega do objeto deste contrato, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS	QUANT	UND	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ADITIVO PARA RADIADOR (DIESEL)	67	Litro	CARBON PRO	RS 19,00	RS 1.273,00
2	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA-32 BALDE 20L	34	Balde	RENOX	RS 90,00	RS 3.060,00
3	AGUA DESTILADA	134	Litro	SUPERMIX	RS 3,50	RS 469,00
4	ELEMENTO FILTRANTE PRIMÁRIO 245 - 6375	08	Unidade	TECFIL	RS 215,00	RS 1.720,00
5	ELEMENTO FILTRANTE SECUNDÁRIO 245 - 6376	08	Unidade	TECFIL	RS 130,00	RS 1.040,00
6	FILTRO 71104220	08	Unidade	TECFIL	RS 30,00	RS 240,00
7	FILTRO 84476054	08	Unidade	TECFIL	RS 71,00	RS 568,00
8	FILTRO COMBUSTIVEL PSC 491	08	Unidade	TECFIL	RS 40,00	RS 320,00
9	FILTRO COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA PSD - 981	14	Unidade	TECFIL	RS 260,00	RS 3.640,00
10	FILTRO COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA ( R120LJ - 10M - AQII RACOR)	08	Unidade	PARKER	RS 148,00	RS 1.184,00
11	FILTRO DE AR AP 7998	08	Unidade	TECFIL	RS 64,00	RS 512,00
12	FILTRO DE AR ARL 8841	08	Unidade	TECFIL	RS 55,00	RS 440,00
13	FILTRO DE AR ARS - 9839	14	Unidade	TECFIL	RS 83,00	RS 1.162,00
14	FILTRO DE AR ARS 7065	08	Unidade	TECFIL	RS 60,00	RS 480,00
15	FILTRO DE AR AS 820	08	Unidade	TECFIL	RS 30,00	RS 240,00
16	FILTRO DE AR ASR - 492	08	Unidade	TECFIL	RS 14,00	RS 112,00
17	FILTRO DE AR DA CABINE 231 - 4487	08	Unidade	TECFIL	RS 165,00	RS 1.320,00
18	FILTRO DE AR DA CABINE 7 T - 7358	08	Unidade	TECFIL	RS 166,00	RS 1.328,00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

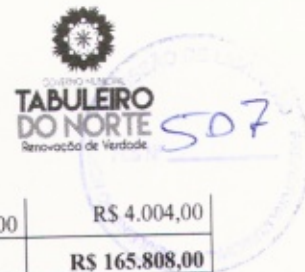


506

19	FILTRO DE AR DA CABINE ACP - 429	14	Unidade	TECFIL	RS 23,00	RS 322,00
20	FILTRO DE AR HIDRAULICO PH 346	08	Unidade	TECFIL	RS 10,00	RS 80,00
21	FILTRO DE AR PRIMÁRIO P608533	08	Unidade	TECFIL	RS 270,00	RS 2.160,00
22	FILTRO DE COMBUSTIVEL FC - 161	08	Unidade	TECFIL	RS 12,00	RS 96,00
23	FILTRO DE COMBUSTIVEL JFC 206	08	Unidade	WEGA	RS 90,00	RS 720,00
24	FILTRO DE COMBUSTIVEL PC 2 / 155	14	Unidade	TECFIL	RS 13,00	RS 182,00
25	FILTRO DE COMBUSTIVEL PEC - 3014	14	Unidade	TECFIL	RS 83,00	RS 1.162,00
26	FILTRO DE COMBUSTIVEL PFC - 15	08	Unidade	TECFIL	RS 22,00	RS 176,00
27	FILTRO DE COMBUSTIVEL PRIMARIO PSD - 644	14	Unidade	TECFIL	RS 120,00	RS 1.680,00
28	FILTRO DE COMBUSTIVEL PSC - 496	08	Unidade	TECFIL	RS 35,00	RS 280,00
29	FILTRO DE COMBUSTIVEL SECUNDARIO I R - 0762	08	Unidade	TECFIL	RS 108,00	RS 864,00
30	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA 84993233	08	Unidade	TECFIL	RS 125,00	RS 1.000,00
31	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA PSD - 530	14	Unidade	TECFIL	RS 32,00	RS 448,00
32	FILTRO DE COMBUSTIVEL SEPARADOR DE ÁGUA PSD - 530/1	14	Unidade	TECFIL	RS 34,00	RS 476,00
33	FILTRO DE ÓLEO 581 - M7012	08	Unidade	TECFIL	RS 109,00	RS 872,00
34	FILTRO DE ÓLEO DA TRANSMISSÃO 328 - 3655	08	Unidade	TECFIL	RS 230,00	RS 1.840,00
35	FILTRO DE ÓLEO HIDRAULICO 1R - 0774	08	Unidade	TECFIL	RS 120,00	RS 960,00
36	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PEL - 2002	14	Unidade	TECFIL	RS 32,00	RS 448,00
37	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PL - 519	08	Unidade	TECFIL	RS 20,00	RS 160,00
38	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PSL - 417	14	Unidade	TECFIL	RS 46,00	RS 644,00
39	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PSL - 900	14	Unidade	TECFIL	RS 22,00	RS 308,00
40	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PSL - 962	08	Unidade	TECFIL	RS 35,00	RS 280,00
41	FILTRO DESUMIDIFICADOR DE AR ( K01014 KNORR)	08	Unidade	TECFIL	RS 114,00	RS 912,00
42	FILTRO DESUMIDIFICADOR DSF 0202	10	Unidade	TECFIL	RS 95,00	RS 950,00
43	FILTRO LUBRIFICANTE PSL - 127	08	Unidade	TECFIL	RS 29,00	RS 232,00
44	FILTRO LUBRIFICANTE PSL - 283	26	Unidade	TECFIL	RS 95,00	RS 2.470,00
45	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA PSD - 970	08	Unidade	TECFIL	RS 45,00	RS 360,00
46	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA PSD 970/1	08	Unidade	TECFIL	RS 44,00	RS 352,00
47	FLUIDO DE FREIO DOT 03 (500ML)	67	Unidade	VARGA	RS 22,00	RS 1.474,00
48	FLUIDO DE FREIO DOT 04 (500 ML)	67	Unidade	VARGA	RS 30,00	RS 2.010,00
49	GRAXA (BALDE DE 20 KG)	34	Balde	UNIVIS	RS 255,00	RS 8.670,00
50	GRAXA (LATA DE 1 KG)	34	Quilograma	UNIVIS	RS 25,00	RS 850,00
51	OLEO ATF 1 L	14	Unidade	MAXON	RS 28,00	RS 392,00
52	OLEO LUBRIFICANTE 10W40 1L	34	Litro	GULF	RS 37,00	RS 1.258,00
53	OLEO LUBRIFICANTE 140 BALDE 20 L	27	Balde	MAXON	RS 340,00	RS 9.180,00
54	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE 20 L	67	Balde	MAXON	RS 301,00	RS 20.167,00
55	OLEO LUBRIFICANTE 20W50 1 L	67	Unidade	MAXON	RS 23,00	RS 1.541,00
56	OLEO LUBRIFICANTE 40 BALDE 20 L	64	Balde	MAXON	RS 300,00	RS 19.200,00
57	OLEO LUBRIFICANTE 90 BALDE 20 L	64	Balde	MAXON	RS 320,00	RS 20.480,00
58	OLEO LUBRIFICANTE HD 68 BALDE 20 L	64	Balde	UNIVIS	RS 260,00	RS 16.640,00
59	OLEO LUBRIFICANTE SAE 50 BALDE 20 L	40	Balde	SHELL	RS 510,00	RS 20.400,00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



60	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80W90 BALDE 20 L	14	Balde	SHELL	RS 286,00	RS 4.004,00
VALOR TOTAL						RS 165.808,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

4.1. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da Secretaria Contratante ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

4.1.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

4.1.2. O detentor do registro/contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos serão entregues nas seguintes condições:

- No Almoxarifado da Secretaria Contratante ou em local e endereço indicado na "Ordem de Compra";
- No prazo de no máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da "Ordem de Compra";
- No horário de 07h às 13h.

4.1.3. O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo deste Edital quanto aos produtos entregues.

4.1.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

4.1.5. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02(duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

4.1.6. Para o fornecimento objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome do Município de Tabuleiro do Norte/CE – CNPJ da secretaria contratante, constante no preâmbulo do contrato, com endereço na Rua Padre Clícério, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte/CE.

4.1.7. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na Ata de Registro de Preços, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.2. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

- A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões quantitativas até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 65 da Lei Nº. 8.666/93;
- A entrega dos produtos devem se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços da Secretaria Contratante.

4.3. PAGAMENTO: O pagamento será efetuado, conforme entrega dos produtos, segundo as ordens de compras expedidas pela administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do Contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.



4.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste sub item, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do Município de Tabuleiro do Norte/CE, com recursos previstos na seguinte classificação: Atividade **0301.04.122.0004.2.008** – MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO. Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** – MATERIAL DE CONSUMO

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada:

##### 7.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes e/ou qualquer fato correlato que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência do objeto deste certame.
- Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência do fornecimento dos produtos, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes.

##### 7.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- Solicitar a entrega do objeto junto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra ou Aquisição;
- Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;
- Fiscalizar a entrega do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato;
- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da entrega do objeto contratual;
- Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo;
- Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

- O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.
- O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou subtrativo, nos termos do artigo 65 e seus §§ da Lei Nº. 8.666/93:
- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na lei, qual seja o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Nº. 8.666/93.
- Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, a Administração poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



9.1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir prazos estabelecidos pela pregoeira durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não mantiver a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital ( <u>quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico</u> ) durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



SJO

XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PMTN pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de Tabuleiro do Norte por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PMTN por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e da pregoeira, bem como pessoas que integram os processos da PMTN, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	37. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 38. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	39. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 40. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 42. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

9.2- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PMTN que deverá examinar a legalidade da



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMTN, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3- Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PMTN, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

9.4- As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PMTN ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

9.5- O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

9.5.1- Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei Nº. 8.666/93, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Nº. 8.666/93;

10.2. A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Município de Tabuleiro do Norte/CE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Licitação – Pregão Presencial.

11.2. O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada à proposta da contratada, à Ata de Registro de Preços Nº. 20190313 e ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12.06.01/2019-SRP.

11.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

11.4. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

11.5. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do objeto sem a expressa autorização da Administração.

11.6. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com os termos da proposta e deste contrato.

11.7. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o processo licitatório e a proposta da contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará, é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado no Município de Tabuleiro do Norte/CE, em 03 (três) vias, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Tabuleiro do Norte-CE, 02 de Janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
CNPJ Nº. 07.891.682/0001-19  
JEAN JERBSON CHAVES  
CONTRATANTE

ELISALDO MOREIRA ROCHA EPP  
CNPJ Nº. 06.953.046/0001-01  
ELISALDO MOREIRA ROCHA FILHO  
CPF Nº. 698.182.663-15  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 NOME Raimunda Jacimaria Magalhães CPF Nº: 014.410.033-98

02 NOME Leirine P. de Souza CPF Nº: 057.570.100-12